

Colôn. Brasil OUT 1989

Os rombos que certos políticos querem ampliar

Nos últimos anos, ao seu gigantesco crescimento o Estado brasileiro associou a estranha capacidade de alimentar-se dos próprios erros para crescer ainda mais. Sob a alegação de pretender corrigir efeitos de decisões equivocadas, em geral fruto de sua intervenção excessiva na vida das pessoas e das empresas, o Estado comete novos erros e empurra para o futuro o acerto de contas. Esse acerto, entretanto, é inevitável e virá sob a forma de mais inflação ou mais impostos, ou ambos, que cairão sobre as costas da sociedade, obrigada a sustentar uma máquina estatal cada vez mais pesada e onerosa.

Exemplo perfeito dessa situação, como mostra a reportagem de Denise Campos de Toledo publicada ontem pelo **Jornal da Tarde**, é a bomba de efeito retardado montada no Sistema Financeiro da Habitação, que explodirá em 1993 sob a forma de um rombo estimado hoje em NCz\$ 100 bilhões.

No final dos anos 70, quando a inflação anual, empurrada por gastos supérfluos do governo e por subsídios demagógicos, ameaçava atingir os três dígitos (como efetivamente ocorreu em 1980, quando totalizou 100,2%), o governo decidiu impor redutores à correção dos salários. Nos anos seguintes, as fórmulas de aplicação desses redutores, bem como a periodicidade dos reajustes, sofreram alterações, mas, em geral, os assalariados tiveram perda de renda. As prestações da casa própria, no entanto, continuaram sendo corrigidas de acordo com a inflação, de modo que passaram a pesar cada vez mais no orçamento familiar do mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Mais e mais mutuários começaram a declarar-se à beira da inadimplência e, imediatamente, sob os aplausos dos demagogos profissionais de todos os partidos, o governo, invocando o "social", decidiu subsidiar, sob várias formas, as prestações da casa própria financiada pelo SFH. Como recorda a reportagem do **JT**, a primeira concessão foi o direito de opção pelo reajuste da prestação no equivalente a 80% da variação do salário mínimo. Depois permitiu-se àqueles que tinham suas prestações corrigidas de acordo com a antiga Unidade Padrão de Capital (UPC) optar pelo reajuste equivalente à variação de seu próprio salário. No Plano Cruzado, a prestação foi reduzida mais ainda, benefício concedido também pelos Planos Bresser e Verão.

Enquanto as prestações caíam, os saldos devedores continuavam a ser corrigidos integralmente pela inflação, de modo que, hoje, de acordo com cálculos da Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), essas prestações representam apenas 28% do valor que deveriam ter, caso tivessem acompanhado o reajuste do saldo devedor.

Como muitos contratos são considerados quitados ao final de determinado número de meses, o saldo devedor deixa de ser responsabilidade dos mutuários; a responsabilidade passa a ser do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), formado por contribuições dos mutuários e dos agentes financeiros e por uma porcentagem sobre o valor de venda do imóvel financiado. Ocorre que já no próximo ano o Tesouro Nacional terá de socorrer o caixa do FCVS num montante equivalente a 80 milhões de bônus do Tesouro Nacional, ou perto de US\$ 100 milhões, como calcula o deputado federal César Maia (PDT-RJ) em artigo que publicou no **Estado de S. Paulo** e no **Jornal do Brasil** de domingo último. No artigo, Maia recorda que, quando da presença do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, no Congresso para prestar esclarecimentos sobre o orçamento da União para o próximo ano, sugeriu-lhe informar ao país sobre a herança dos rombos financeiros que o atual governo recebeu e passará para o sucessor. Sugeriu também que essas informações fossem chamadas de "Orçamento dos Escombros".

Trata-se, realmente, de escombros, como mostram a situação do FCVS, as perdas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a limitação da correção monetária nos financiamentos de longo prazo concedidos em meados da década passada, e tantos outros subsídios demagógicos citados pelo deputado que, nos seus cálculos, representarão despesas de mais ou menos US\$ 2 bilhões no orçamento do próximo ano, "ou mais de 25% do Imposto de Renda próprio do governo federal".

Cálculos feitos pelo Banco Mundial indicam que, em 1987, subsídios implícitos ou explícitos, contidos ou não nos orçamentos públicos, representaram o equivalente a um quinto de tudo o que o país produziu naquele ano, mais do que os gastos orçamentários, que se limitaram a 15% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado é a rápida deterioração dos serviços essenciais que o Estado deveria prestar (saúde, educação e segurança), o acirramento da dívida financeira (o Estado vai buscar no mercado o dinheiro que lhe falta para as obras), o aumento da dívida interna e, conseqüentemente, da inflação e, finalmente, o recrudescimento das pressões dos políticos "progressistas" pela "recuperação da capacidade de investimento do Estado", ou seja, pelo aumento dos impostos. No fim de tudo, a conta acaba sendo paga pelos mesmos que sempre a pagaram: os beneficiários da "generosidade estatal" e mais todo o resto da população, seja na forma de impostos, seja na forma mais perversa de inflação...

O mais triste é que, embora esta história se repita há anos sem fim, levando o país e sua população a mergulharem mais e mais profundamente na inflação e na miséria, o verbo mais usado na atual campanha presidencial continua sendo o verbo "dar". Os candidatos tudo "darão" ao povo — do transporte à moradia, passando pela alimentação e pela guarda dos filhos — sem que ninguém pague por isso. O tipo de mentira que já não se engana apenas argentinos e bolivianos, para citarmos gente mais próxima de nós, cultural e geograficamente, mas sequer russos, húngaros e poloneses. Vamos esperar que os eleitores brasileiros tenham uma reação compatível com a nova era que a humanidade está vivendo...